

Antropologia, Universidade e Povos Indígenas

Trajectoria de antropólogo indígena e sua importância para os povos indígenas: desafios, conquistas e perspectivas.

Funções e desafios dos antropólogos indígenas no Brasil

*Tonico Benites*

Em primeiro lugar, apresento-me como antropólogo e indígena pertencente aos povos guarani e kaiowa, localizados no sul de Mato Grosso do Sul.

Gostaria de apresentar algumas reflexões sobre as funções, os desafios e as conquistas dos antropólogos indígenas ou indígenas formados em Antropologia ante as mobilizações interétnicas e reivindicações diversas dos povos indígenas aos sistemas do Estado-nação brasileiro. Essas reflexões, fundamentadas em minha experiência e posição de antropólogo indígena, podem ser um novo relato para a antropologia brasileira. As experiências relatadas aqui já foram apresentadas e debatidas em diversas mesas-redondas nas quais abordei o tema das funções de antropólogo indígena no contexto contemporâneo de relações interétnicas, de “educação indígena intercultural”, de disputa pelos cargos de professores e de conflito pela posse das terras entre os povos indígenas e os não indígenas fazendeiros no Brasil.

Para desenvolver uma breve análise sobre algumas funções dos antropólogos indígenas no contexto atual, é preciso mencionar que um indígena formado em Antropologia é antropólogo-pesquisador e, ao mesmo tempo, membro permanente de um povo indígena, que foi e é participante da rede de movimento e articulação política regional e nacional dos povos indígenas. No contexto histórico contemporâneo, os indígenas, após estudarem, pesquisarem e se formarem em Antropologia, não se desvinculam tanto de seu povo pesquisado quanto de estudos antropológicos e do grupo de pesquisadores da área de antropologia.

Nos últimos 10 anos, observo que alguns indígenas já formados e estudantes de Antropologia passam a assumir a função de relatores e porta-vozes de seus povos; tradutores das reivindicações e dos projetos dos povos indígenas que foram e são enviados aos órgãos do Estado e às organizações das sociedades nacional e internacional. Além disso, um antropólogo indígena já começa a assumir a função de professor da universidade, consultor, perito, assessor e tradutor do governo e da justiça do Brasil. No contexto atual, em que o antropólogo indígena passa a disputar o cargo com antropólogos não indígenas, na ocasião dessa disputa, o antropólogo indígena sempre foi e é desclassificado do cargo concorrido, enfrentando novo desafio para ocupar o cargo disputado com antropólogo não indígena. Há relatos indígenas de que, no seio da universidade pública, quando um antropólogo indígena conseguiu ocupar o cargo concorrido, foi considerado, por uma parte dos antropólogos não indígenas, muito importante, enquanto outros profissionais consideraram negativo e se sentiram incomodados com a presença de antropólogo indígena na universidade.

É importante destacar que, em diversos espaços dos órgãos públicos, nas ocasiões das reuniões e assembleias intercomunitárias e interétnicas, em geral, os antropólogos indígenas foram e são acionados para escrever, explicitar e traduzir algumas políticas públicas e programas sociais dos sistemas do Estado brasileiro para os povos indígenas. Dessa forma, o indígena formado em Antropologia começa a conviver e circular nos dois sistemas socioculturais e políticos, com conhecimentos complexos e distintos. Assim, os antropólogos indígenas passam a traduzir as políticas do governo aos povos indígenas, isto é, esses estudantes indígenas tentam traduzir tanto para os povos indígenas quanto para os agentes do Estado brasileiro.

Gostaria de destacar que, para se formarem nos cursos de Antropologia, os indígenas pesquisam seus próprios povos, como ficará claro a seguir. No momento atual, já como antropólogos/as, continuam pesquisando as demandas dos povos indígenas, que cada povo tem uma trajetória específica, uma luta e resistência histórica diante da política de dominação e territorialização promovida pelo Estado brasileiro ao longo dos séculos XX e XXI.

Destaco que, diante desse fato histórico, hoje, um dos desafios dos indígenas formados em Antropologia é a desconstrução ou descolonização dessas imagens preconceituosas e dos modos de vida negativos dos povos indígenas cristalizados historicamente na educação brasileira. Esses trabalhos árduos de desconstrução de “índios” dos livros didáticos e da grande mídia dominante desafiam o antropólogo indígena no contexto atual.

Destaco ainda algumas de minhas novas experiências, vividas no estado de Mato Grosso do Sul. Para analisar minha atuação como antropólogo indígena, mencionei o contexto da história de luta e resistência de meus povos guarani e kaiowa pelo reconhecimento e demarcação de suas terras tradicionais *tekoha*. Cito que, em meados de 1970 e no início de 1980, diante da resistência e da luta reiterada dos povos indígenas guarani e kaiowa para permanecer nas suas terras tradicionais, o órgão indigenista do governo começou a envolver antropólogos não indígenas na realização de estudos antropológicos sobre as comunidades indígenas e suas terras tradicionais demandadas.

Dessa forma, em meados de 1970, os antropólogos não indígenas passaram a descrever as histórias, os relatos, as reivindicações das terras e, sobretudo, as concepções vitais dos povos indígenas guarani e kaiowa, demonstrando as terras tradicionais específicas ocupadas e demandadas pelos povos indígenas. Assim, as narrações dos indígenas são sistematizadas pelos antropólogos, dando atenção merecida aos relatos e, sobretudo, à memória do povo guarani e kaiowa. Esses relatos indígenas constantes dos relatórios antropológicos contestaram as versões, as argumentações e os documentos oficiais dos fazendeiros, expedidos pelos órgãos do governo. Os povos guarani e kaiowa resistentes e reivindicantes de reconhecimento de suas terras tradicionais eram classificados ou acusados tanto pelos fazendeiros quanto pelos órgãos do Estado como índios criminosos, desobedientes e invasores das propriedades particulares. Naquele contexto histórico, o antropólogo ou estudo antropológico provou de forma oficial que as comunidades indígenas guarani e kaiowa eram habitantes ou moradores originais das terras reivindicadas e pertenceram ao lugar específico desde há muitos séculos; por essa razão, o antropólogo determinou a delimitação da extensão da área ocupada

pelos indígenas reivindicantes. Desse modo, pela primeira vez, em meados de 1980, a antropologia, os antropólogos e estudos antropológicos foram destacados oficialmente entre os povos indígenas guarani e kaiowa e fazendeiros.

Por conta dessa luta histórica pela demarcação das terras indígenas, emergiu uma “mesa de diálogo” promovida pelo governo federal na qual o antropólogo indígena começa a atuar como tradutor no ciclo de discussões acirradas sobre os conflitos fundiários. Entendo que essa tentativa de diálogo entre as lideranças dos povos indígenas e os fazendeiros é um desafio de tradução e atuação dos antropólogos indígenas, visto que se está lidando com um conflito que não se dá primordialmente no interior das comunidades indígenas, mas sim entre povos indígenas e os fazendeiros pela posse das terras, mediado pelos agentes do Estado nacional brasileiro.

Assim, importa ressaltar que, recentemente, em virtude de disputa e conflito fundiário histórico e da judicialização da demarcação das terras indígenas, surge a tentativa de conciliação e diálogo interétnico entre as lideranças dos povos indígenas e os fazendeiros, promovida pelo governo e pela justiça federal, ocasião na qual o antropólogo indígena é demandado para cumprir essa difícil e complexa tradução. Entendo que esse trabalho de antropólogo indígena está sendo fundamental tanto para os povos indígenas quanto para as partes envolvidas nas resoluções do litígio fundiário no Brasil.

Observo que a importância depositada nos antropólogos indígenas se dá sobretudo pelo fato de ser o próprio antropólogo indígena capaz de narrar a sua história, a sua luta e compreender as relações no mundo contemporâneo em que vive. Dessa maneira, os antropólogos indígenas estão sendo vistos pelos membros indígenas como um pesquisador indígena e atualizado. Ao mesmo tempo, o antropólogo indígena é visto como um indicador de possíveis soluções para problemas atuais; colocado, assim, em uma posição de muita responsabilidade. Por isso mesmo, a pesquisa e atuação do antropólogo indígena está sendo constantemente monitorada e analisada tanto pelos indígenas quanto pelos não indígenas.

É relevante considerar que os antropólogos indígenas são requisitados, em várias ocasiões e espaços, para discutir sobre as questões indígenas (demarcação de terras indígenas e políticas públicas vol-

tadas para os indígenas em geral). Dessa forma, antropólogos indígenas sempre estão passando por uma experiência múltipla e desafiadora, uma vez que conseguiram e conseguem debater e perceber, ao frequentar esses diversos espaços, as inúmeras opiniões, propostas e soluções pensadas acerca da situação indígena no Mato Grosso do Sul. As participações dos antropólogos indígenas nesses espaços nos permitiram entender as diferentes “soluções” pensadas para os povos indígenas em suas terras.

Enfim, quero destacar minha trajetória de antropólogo indígena. Sendo minha pesquisa participativa e implicada, posso compreender melhor o modo de ser, agir e pensar dos operadores de direito, dos pesquisadores de universidades, dos agentes indigenistas do Estado e de fora dele (ONGs), do governo e do Poder Judiciário brasileiro.

O curso de mestrado e de doutorado em Antropologia Social me proporcionou uma sólida base para compreender e respeitar as pessoas distintas e suas opiniões sobre os povos indígenas no Brasil.

Os cursos e o trabalho acadêmico foram vividos como um estágio muito árduo, mas também muito significativo para minha formação pessoal e acadêmica. Com base nas experiências adquiridas no curso de Antropologia e durante as pesquisas de campo, posso dizer que a área de antropologia, quando feita com seriedade, torna-se fundamental para entender de forma aprofundada as concepções, os interesses e as necessidades reais das famílias e dos povos indígenas abordados, levando sempre em consideração a sua história e o seu modo de viver e de ser múltiplo.

Como já dito, desde 1990 até os dias de hoje, na condição de estudante indígena e porta-voz do povo guarani e kaiowa, participei ativamente de diversos eventos locais, regionais, nacionais e internacionais. Hoje, como antropólogo indígena, quero mencionar minha participação em congressos, seminários e encontros nos quais pude proferir muitas palestras e denunciar questões graves, abordando temas complexos e polêmicos relacionados à questão da recuperação ou demarcação das terras indígenas, da educação escolar indígena, da saúde indígena, entre outros temas de importância para os guarani e os kaiowa. Em meio a esses eventos e assembleias indígenas importantes, elaborei, muitas vezes a pedido das lideranças indígenas, documentos diversos escritos em português nos quais consta-

vam as decisões e as reivindicações das lideranças. Diante dos problemas aflitivos que atingiam os guarani e kaiowa em geral, escrevi muitas petições e abaixo-assinados indicando as soluções possíveis do ponto de vista que as lideranças indígenas me expunham. Esses documentos foram enviados a múltiplas autoridades (Executivo, Judiciário e Legislativo), assim como a universidades e a pesquisadores de diferentes áreas.

Por fim, como indígena formado em Pedagogia e Antropologia, sinto-me desafiado a disputar cargos com pedagogos e antropólogos não indígenas e, sobretudo, buscar e indicar as possíveis soluções para as demandas reais dos povos indígenas. Assim, assumo uma grande responsabilidade, uma vez que uma das minhas funções é compreender, transcrever e traduzir em documentos escritos os pensamentos, as reivindicações e decisões transmitidas de forma oral pelas lideranças dos povos indígenas. A minha grande esperança é de que os conhecimentos indígenas e as reivindicações escritas dos povos indígenas sejam compreendidas e atendidas pelos sistemas do Estado brasileiro, sobretudo pelas universidades. Como qualquer antropólogo indígena do Brasil, encontro-me no contexto de disputa pelos trabalhos antropológicos e pelos cargos com antropólogos não indígenas, eu, na condição de antropólogo, pesquisador e indígena, entendo que essas experiências múltiplas narradas e vividas foram úteis e, ao mesmo tempo, são desafios novos tanto para minha vida pessoal quanto para minha atuação de antropólogo indígena no sistema do Estado-nação.